



RPW S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento.

(CNPJ: 06.249.129/0001-14)

Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório do Auditor Independente

Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras	7
Balancos Patrimoniais	10
Demonstrações do Resultado	11
Demonstrações do Resultado Abrangente	12
Demonstrações da Mutação do Patrimônio Líquido	13
Demonstrações do Fluxo de Caixa – método indireto	14
Notas explicativas da Administração �s Demonstrações Financeiras	15

À Central de Demonstrações Financeiras do Sistema Financeiro Nacional

Demonstrações financeiras individuais da RPW S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

Prezados senhores:

Esta carta de apresentação da Administração é fornecida em conexão com a divulgação das demonstrações financeiras da RPW S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento, para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025, com o objetivo de expressar o reconhecimento de nossas responsabilidades pela elaboração e apresentação adequada das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

As demonstrações e documentos apresentados são:

- Termo Declaratório
- Relatório da Administração;
- Balanços Patrimoniais;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração de Fluxo de Caixa;
- Notas Explicativas; e
- Relatório dos Auditores Independentes.

Demonstrações divulgadas no site em 06/05/2026

<https://www.emprestacapital.com.br/>

Diretor Financeiro

Contador

A Diretoria da RPW S/A SCFI declara a veracidade e consistência das informações contidas nos demonstrativos elencados.

Relatório da Administração

Aos Acionistas

Prezados Acionistas e Administradores, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de vossas senhorias as demonstrações financeiras da RPW S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento relativas ao exercício findo em **31 de dezembro de 2025**, acompanhada das respectivas notas explicativas e relatório do auditor independente, elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

A Instituição

Fundada em 2004, a RPW S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento, ou EMPRESTA Capital, é uma sociedade de crédito, financiamento e investimento (SCFI) focada na disseminação de linhas de crédito com alto impacto produtivo e socioambiental. Com experiência de mais de 20 anos no mercado financeiro, consolidamo-nos como um dos líderes de mercado em nosso segmento devido ao crescimento robusto e sustentado durante nossa história. Nossa instituição já beneficiou mais de 100.000 empreendimentos, de forma direta ou indireta, entre pessoas físicas e jurídicas, em mais de 60 segmentos diferentes em todo o território nacional.

Nosso foco é trazer soluções de crédito, atendendo a nichos específicos de pessoas físicas, microempreendedores e micro e pequenas empresas, que hoje representam mais de 99% dos empreendimentos no Brasil, segundo o Sebrae — muitas delas sem acesso a produtos de crédito e outras soluções pelos canais tradicionais.

Nossos profissionais são especializados em realizar um atendimento diferenciado aos nossos clientes e criar uma rede de relacionamentos sólida e íntegra, com uma linguagem específica e direcionada. Através de uma estrutura enxuta, processos inteligentes e simplificados, conseguimos identificar e atender as necessidades dos segmentos em que atuamos, superando as limitações existentes nos tradicionais canais de crédito do mercado.

Tendo em vista nosso sucesso e a posição de liderança no mercado de nicho em que atuamos, identificamos a possibilidade de atender à demanda repressada de outros produtos correlacionados à nossa operação, oferecendo crédito para personagens que orbitam dentro do ambiente em que já atuamos. Para que pudéssemos crescer nesse sentido, em 2021 solicitamos ao Banco Central do Brasil a autorização para atuarmos como SCFI. Após criteriosa análise do regulador, a autorização foi-nos outorgada em 25 de fevereiro de 2022.

A EMPRESTA Capital investiu na qualificação de sua equipe e aprimorou seus processos internos, a fim de atender às novas demandas como SCFI. Somos atualmente uma instituição financeira S4.

Em março de 2025, foi implantado pelo Governo Federal o novo produto de crédito consignado denominado “Crédito ao Trabalhador”, através da Medida Provisória nº 1.292/2025, posteriormente sancionada pela Lei nº 15.179/2025. Neste novo produto, o trabalhador formal pode contratar empréstimos diretamente pela Carteira de Trabalho Digital, sem depender de intermediação da empresa ou convênios estabelecidos entre empregador e instituições financeiras. Um enorme esforço de adaptação de sistemas e processos foi requerido para que pudéssemos atender a este novo produto dentro das condições técnicas estabelecidas pela DATAPREV e pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Somos uma das instituições financeiras habilitadas e autorizadas a operar nesta nova modalidade.

O crédito consignado privado representa cerca de 85% de nossa carteira de crédito (por volume); portanto, a adaptação para o Crédito ao Trabalhador foi, e continua sendo, crucial para o pleno atendimento aos nossos clientes.

Mantivemos um acompanhamento constante das empresas e pessoas físicas que compõem nossa carteira de clientes, identificando oportunamente quaisquer sinais de inadimplência e tomando medidas preventivas para minimizar perdas. Todo esse esforço se refletiu em um

índice de inadimplência dentro de nossa média histórica, adequado ao perfil de risco da carteira, demonstrando a efetividade das políticas de gerenciamento de riscos da empresa.

Cenário Econômico

O panorama macroeconômico nacional manteve-se caracterizado por elevado grau de incerteza, com os mercados adotando postura cautelosa diante da combinação de fatores internos e externos. A condução da política monetária permaneceu orientada para a convergência da inflação à meta, com manutenção de condições financeiras restritivas e custo de crédito elevado ao longo do período, tendo como referência o cenário observado em dezembro.

O ambiente internacional seguiu desafiador, marcado por desaceleração gradual da economia norte-americana e pela manutenção de políticas monetárias contracionistas nas economias avançadas por período mais prolongado do que o inicialmente previsto. Adicionalmente, tensões geopolíticas persistentes e ajustes nas cadeias globais de suprimentos continuaram impactando preços de commodities e fluxos de capitais, impondo volatilidade adicional às economias emergentes.

No Brasil, a atividade econômica demonstrou resiliência, sustentada principalmente pelo consumo e por um mercado de trabalho ainda aquecido. Entretanto, observou-se moderação do crescimento ao longo do período, com sinais de desaceleração mais evidentes em setores sensíveis ao crédito. O hiato do produto permaneceu próximo do positivo durante boa parte do intervalo, com redução gradual em direção ao final do período.

A inflação, medida pelo IPCA, apresentou trajetória de desaceleração mais lenta do que a antecipada, mantendo-se acima da meta. Componentes mais inerciais, especialmente serviços, permaneceram pressionados, refletindo rigidez no mercado de trabalho e dinâmica ainda robusta da renda. As expectativas de inflação para horizontes mais longos mantiveram-se parcialmente desancoradas, exigindo postura cautelosa da autoridade monetária.

Em resposta a esse cenário, o Comitê de Política Monetária (Copom) elevou a taxa Selic até o patamar de 15% ao ano, mantendo-a nesse nível por período prolongado, inclusive na referência de dezembro. A estratégia adotada visou consolidar o processo desinflacionário e promover a reancoragem das expectativas, com comunicação baseada em elevada dependência de dados e cautela quanto a flexibilizações prematuras.

No balanço de riscos, manteve-se a predominância de vetores altistas para a inflação. Entre os principais fatores destacaram-se as incertezas fiscais domésticas, a persistência da inflação de serviços, a sensibilidade das expectativas a choques cambiais e o ambiente externo ainda restritivo. Esses elementos foram considerados potenciais elevadores da taxa de juros neutra e obstáculos à convergência mais célere da inflação à meta.

Dessa forma, o período foi marcado pela manutenção de uma política monetária restritiva por horizonte prolongado, com o Banco Central priorizando a credibilidade e a ancoragem das expectativas, mesmo diante de sinais de moderação da atividade econômica.

Captação

Nossa captação está concentrada na emissão de Certificados de Depósito Bancário (CDBs) negociados nas principais plataformas digitais de investimento do Brasil. Todos os títulos emitidos foram disponibilizados por Distribuidoras de Títulos e Valor Mobiliários (DTVMs) de renome e possuem garantia do Fundo Garantidor de Crédito, cumprindo todo os requisitos legais e operacionais demandados por reguladores.

Números de Clientes

Em consonância com o contínuo movimento de expansão, a organização ampliou de forma relevante sua base de clientes ao longo do segundo semestre de 2025, atingindo o total de 26.718 clientes ativos em dezembro de 2025. Desse montante, 26.484 correspondem a

clientes de natureza física, enquanto 234 são de natureza jurídica.

Em comparação com o semestre anterior (junho de 2025), observa-se um crescimento total de aproximadamente 37,3% na base de clientes. No segmento de pessoas físicas, o aumento foi de cerca de 37,8%, enquanto, no segmento de pessoas jurídicas, verificou-se uma leve retração de aproximadamente 1,3% no período.

Resultados

No encerramento de dezembro, a RPW S/A SCFI apresentou resultado líquido positivo de BRL 14.718 mil. No período, a carteira de crédito atingiu o volume de BRL 208.617 mil, evidenciando a continuidade da trajetória de expansão observada ao longo do exercício.

Em comparação com junho, quando a carteira totalizava BRL 158.558 mil, observa-se um crescimento de aproximadamente 31,6% no segundo semestre, indicando aceleração relevante na originação de crédito. O crescimento manteve-se sustentado por dinâmica orgânica consistente, refletindo a estratégia de ampliação da base de clientes e de operações, com perspectiva de continuidade, ainda que em ambiente de maior seletividade e manutenção de critérios prudenciais na concessão.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com o seu apoio e confiança, e aos nossos colaboradores pelo seu comprometimento diário para mantermos a perenidade de nossa companhia.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
RPW S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da RPW S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da RPW S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais

de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas Financeiras e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 06 de maio de 2025.

CLA - Clifton Larson Allen Brasil Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-048.811/O-0



Thiago Benazzi Arteiro
Contador CRC 1SP-273.332/O-9

RPW S/A SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ 06.249.129/0001-14

Balancos patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Notas Explicativas	12/31/2025	Passivo e patrimônio líquido	Notas Explicativas	12/31/2025
Circulante		114,379	Circulante		212,368
Caixa e Equivalente de Caixa		5,985	Depósitos a prazo	9	199,450
Disponibilidades	4	1,479	CDB		199,450
Titulos e Valores Mobiliários		4,506	Outras obrigações		12,918
Titulos Privados de Instituições Financeiras no País	5	4,506	Cobrança e arrecadação tributos		58
			Fiscais e previdenciárias	10.1	8,817
Operações de Crédito	6	63,213	Diversas	10.2	4,043
Empréstimos Concedidos		76,295	Patrimônio líquido	11	34,602
Titulos Descontados		649	Capital Social		20,000
(-) Perdas Incorrida Associada ao Risco de Crédito		(11,196)	Reserva legal		862
(-) Provisão Adicional		(2,535)	Reservas especiais de lucros		13,740
Outros créditos	7	25,544			
Adiantamento e Antecipações		42			
Adiantamentos para Pagamentos		6,410			
Créditos Tributários		4,058			
Impostos a compensar		902			
Participações Pagas		9,106			
Outros devedores		5,026			
Outros valores e bens		19,637			
Despesas Pagas Antecipadamente		19,637			
NÃO CIRCULANTE		132,591			
Titulos e Valores Mobiliários		4,971			
Titulos de Renda Fixa - Vinculados	5	4,971			
Operações de Crédito	6	126,385			
Empréstimos Concedidos		132,322			
(-) Perdas Incorrida Associada ao Risco de Crédito		(5,937)			
Investimentos	8	1,153			
Propriedades para Investimentos		1,153			
Imobilizado	8	82			
Imobilizado de Uso		82			
TOTAL ATIVO		246,970	TOTAL PASSIVO E DO PATRIMONIO LÍQUIDO		246,970

As notas explicativas da Administração integram as demonstrações financeiras.

RPW S/A SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ 06.249.129/0001-14

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 Dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Semestre	Exercício
RECEITAS	Explicativas	12/31/2025	12/31/2025
Receitas de Intermediação Financeira		38,292	73,570
Operações de Crédito	13	37,994	72,671
Resultado de títulos e valores mobiliários	14	298	899
Despesas de Intermediação Financeira		(13,899)	(32,795)
Operações de Captação mercado		(15,640)	(27,461)
Provisões para perdas esperadas ao risco crédito		1,741	(5,334)
Resultado Bruto Intermediação financeira		24,393	40,775
Outras Receitas e Despesas Operacionais		(4,983)	(19,316)
Receitas prestação serviço	15	1,512	5,841
Despesas de Pessoal	17	(2,021)	(3,981)
Outras Despesas Administrativas	18	(16,988)	(31,239)
Despesas Tributárias		(1,268)	(2,850)
Outras Receitas Operacionais	16	14,737	15,064
Outras Despesas Operacionais		(955)	(2,151)
Resultado Operacional		19,410	21,459
Resultado Não Operacional		(5)	(11)
Resultado antes I. Renda e C. Social		19,405	21,448
IRPJ	20	(6,385)	(6,385)
CSLL	20	(3,859)	(3,859)
ATIVO FISCAL DIFERIDO			4,058
IRPJ/CSLL DIFERIDO			(545)
Resultado Líquido		9,161	14,717

As notas explicativas da Administração integram as demonstrações financeiras.

RPW S/A SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Demonstração do resultado abrangente

Exercício findo em 31 Dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	Semestre	Exercício
	12/31/2025	12/31/2025
Lucro Líquido:	9,161	14,717
Outros Resultados Abrangentes	- -	2,706
Resultado Abrangente do Semestre:	9,161	12,011

As notas explicativas da Administração integram as demonstrações financeiras.

RPW S/A SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de lucros		Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva especial de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2024	20,000	126	2,465	-	22,591
Efeitos Resolução 4966			(2,706)		(2,706)
Resultado líquido	-		-	14,717	14,717
Destinação Reserva Legal		736		(736)	-
Destinação Outras Reservas			13,981	(13,981)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	20,000	862	13,740	-	34,602
Mutações no exercício	-	(736)	(11,275)	-	(12,011)

	Capital Social	Reservas de lucros		Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva especial de lucros		
Saldos em 30 de junho de 2025	20,000	126	2,465	2,850	25,441
Ajustes de períodos anteriores					-
Resultado líquido	-		-	9,161	9,161
Destinação Reserva Legal		736		(736)	-
Destinação Outras Reservas			11,275	(11,275)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	20,000	862	13,740	-	34,602
Mutações no semestre	-	(736)	(11,275)	2,850	(9,161)

RPW S/A SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto

Exercício findo em 31 Dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	Semestre	Exercício
	12/31/2025	12/31/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	9,161	14,717
Ajustes Realizados em Operações de Crédito	-	(2,706)
Ajustes lucro líquido com o caixa gerado nas atividades operacionais		
Depreciação	10	25
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1,740)	8,040
(Aumento) Redução dos Ativos operacionais		
Títulos e valores mobiliários	811	856
Operações de crédito	(45,123)	(63,381)
Outros créditos	(8,502)	(7,413)
Outros valores e Bens	(847)	(2,448)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Outras obrigações	8,214	7,569
Credores Diversos	1,994	(2,188)
Caixa líquido das atividades operacionais	(36,022)	(46,929)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições/baixas Ativo Imobilizado	(6)	(7)
Caixa líquido das atividades de investimento	(6)	(7)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Depósito à prazo	39,057	49,480
Caixa líquido das atividades de financiamento	39,057	49,480
Variação no caixa e equivalentes de caixa	3,029	2,544
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre	2,956	3,441
Caixa e equivalente de caixa no final do semestre	5,985	5,985
As notas explicativas da Administração integram as demonstrações financeiras.		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em R\$ milhares)

1. Contexto operacional

A RPW S/A SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (“RPW”) nova denominação da RPW Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte S.A., (nome fantasia EMPRESTA CAPITAL) iniciou suas atividades no ano de 2004, tendo seu endereço atual de registro e funcionamento da sede na Alameda Santos, 787, 2o andar – conjunto 21, no bairro da Cerqueira Cesar, na cidade de São Paulo, estado do São Paulo.

A **RPW** tem como objetivo principal a concessão de empréstimos e financiamentos a pessoas físicas e jurídicas constituídos na forma de microempreendedores e empresas de pequeno porte, com vistas à viabilização de empreendimentos de natureza profissional comercial ou industrial de pequeno porte, e quaisquer outras operações admitidas a sociedades da mesma natureza, equiparando-se às instituições financeiras para os fins legais.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, Conselho Monetário Nacional - CMN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC – aprovados pelo BACEN. o que inclui os seguintes procedimentos contábeis emitidos pelo CPC:

CPC 00- Pronunciamento Conceitual Básico;

CPC 01 (R1)- Redução ao Valor Recuperável de Ativos;

CPC 03- Demonstração dos Fluxos de Caixa;

CPC 04- Ativo Intangível;

CPC 05- Divulgação sobre Partes Relacionadas;

CPC 10- Pagamento Baseado em Ações;
CPC 23- Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro;
CPC 24- Eventos Subsequentes;
CPC 25- Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;
CPC 27- Ativo Imobilizado
CPC 33- Benefícios a Empregados;
CPC 39 – Instrumentos Financeiros – Apresentação; e
CPC 46 – Mensuração do Valor Justo.

A resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução vigente estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. Conforme estabelecido no artigo 79 da Resolução CMN 4966 de 25/11/2021, as instituições mencionadas no art. 1º ficam dispensadas da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

A moeda funcional utilizada pela Instituição é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis, onde os valores são expressos em milhares de reais. A instituição, avaliou os eventos subsequentes até o dia 05 de maio de 2026, data em que a emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Instituição. No presente semestre e exercício a instituição não apurou resultados não recorrentes.

Abaixo são apresentadas as principais práticas contábeis:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

b) Instrumentos financeiros

Títulos e Valores Mobiliários: as cotas de fundos de investimentos são registradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Operações de Crédito: as operações de crédito estão com seus valores atualizados e expressos pelo valor principal, acrescidos dos rendimentos e

encargos decorridos até a data do balanço patrimonial. As rendas de operações ativas são apropriadas de forma “pro rata” dia.

Provisão para perdas associadas ao risco de crédito: esta provisão está constituída com base nos critérios de classificação das operações de crédito definidos pela Resolução BCB nº 352 e legislação complementar.

Depósitos a prazo: Composto por certificados de depósitos bancários emitidos pela instituição. Estão com seus valores atualizados e expressos pelo valor principal, acrescidos dos rendimentos decorridos até a data do balanço patrimonial.

c) Ativo e passivo circulante e exigível a longo prazo

Ativos circulantes e realizáveis a longo prazo: são apresentados pelo valor de realização, incluindo quando aplicável, as variações monetárias, bem como os rendimentos auferidos até a data do balanço.

Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo: são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

Provisões: uma provisão é reconhecida no balanço quando a Instituição possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado onde é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

d) Resultado recorrente e não recorrente

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34, inciso V e §§ 4º e 5º passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício aquele que: (i) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e (ii) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

e) Observado esse regramento, salienta-se que no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 não houve a ocorrência de resultados não recorrentes. **Impostos de renda, contribuição social, PIS e COFINS**

As despesas de imposto de renda e contribuição social, quando existentes, compreendem os impostos correntes e diferidos, e são calculados pelo

regime tributário do lucro real e com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A alíquota do imposto de renda é de 15%, mais o adicional de 10% sobre o que exceder a R\$ 240 mil/ano. A alíquota da contribuição social é de 15%.

As despesas com PIS e COFINS, quando existentes, são calculadas sobre as receitas sendo as alíquotas aplicadas de 0,65% e 4% respectivamente para as receitas auferidas.

f) Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas, e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Instituição no processo de aplicação das práticas contábeis. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. Não há estimativas e suas premissas importantes requeridas nessas demonstrações financeiras.

A instituição revisa suas estimativas e premissas pelo menos semestralmente conforme determinado pelas regras contábeis.

g) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução do CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Contábil (CPC 25) da seguinte forma:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- Passivo Contingentes - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação. Causas classificadas como perda possível são apenas divulgadas.

- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se às demandas judiciais, onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente.

h) Demonstração do fluxo de caixa

A demonstração do fluxo de caixa foi preparada pelo método indireto.

i) Lucro (Prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) por ação básico é calculado pela divisão do lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas pela média ponderada de ações ordinárias no período. O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado de forma similar ao lucro (prejuízo) básico por ação, porém, considerando potenciais efeitos de diluição, quando existentes.

j) Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância com as orientações da Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, que determinam a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 05 (R1) 3 Divulgação sobre Partes Relacionadas.

k) Continuidade

A instituição avalia que possui habilidade em continuar operando normalmente e pretende dar continuidade aos negócios. Não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram elaboradas com base no princípio da continuidade operacional.

l) Receitas e despesas

As receitas e despesas, são reconhecidas e apropriadas pelo regime de competência.

3. INSTRUMENTOS IFRS 9 E RESOLUÇÃO 4966/2021

a) Introdução

A instituição adota os critérios contábeis previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução CMN nº 4.966/2021, aplicável às instituições do Segmento S4. Esta norma estabelece os princípios para classificação,

mensuração, reconhecimento de perdas esperadas e divulgação de ativos e passivos financeiros.

b) Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

A classificação dos ativos financeiros é determinada com base:

- no modelo de negócios da instituição; e
- nas características dos fluxos de caixa contratuais (teste SPPJ – Somente Pagamentos de Principal e Juros).

Com base nesses critérios, os ativos são classificados nas seguintes categorias:

- Custo Amortizado (CA): ativos mantidos com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais.
- Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): ativos mantidos para receber fluxos de caixa e também para venda eventual.
- Valor Justo por Meio do Resultado (VJR): ativos mantidos para negociação ativa ou cujos fluxos de caixa não são compostos apenas por principal e juros.

A instituição utiliza método de juros efetivo para mensuração dos ativos classificados ao custo amortizado.

c) Modelo de Negócios e Classificação dos Instrumentos Financeiros Ativos e Passivos

A instituição classifica seus ativos e passivos de acordo com os seguintes modelos de negócios:

Descrição	Classificação
Aplicações Financeiras	Custo Amortizado
Debênture	Custo Amortizado
Operações de Crédito	Custo Amortizado
Outros Ativos Financeiros	Custo Amortizado
Passivos Financeiros	Custo Amortizado

d) Teste de SPPJ

O teste SPPJ é aplicado para verificar se os fluxos de caixa de um ativo financeiro representam exclusivamente pagamentos de principal e juros. Os ativos que não passam neste teste são obrigatoriamente classificados ao valor justo por meio do resultado.

e) Reconhecimento de Receita

A receita de juros é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva, que considera os fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa que iguala o valor presente ao valor contábil do ativo no reconhecimento inicial, ajustado por custos e receitas diretamente atribuíveis.

f) Stop Accrual – Suspensão do Reconhecimento de Receita

Em conformidade com as práticas regulatórias e prudenciais vigentes, o reconhecimento de receita de ativos financeiros é suspenso nos seguintes casos:

- Atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou encargos;
- Evidência objetiva de deterioração do crédito, ainda que não vencido.

Tais ativos são classificados como problemáticos e o reconhecimento de receita é retomado somente após a regularização da situação.

g) Provisão para Perdas Esperadas**Para Operações de Crédito e Operações com Características de Concessão de Crédito**

A instituição utiliza a metodologia simplificada, permitida para instituições do Segmento S4, para mensuração de perdas esperadas em operações de crédito. A provisão considera:

- Classificação por carteira (C1 a C5), conforme o tipo de operação e garantias;
- Faixas de atraso e probabilidade de perda conforme histórico interno e práticas de mercado.

Demais Ativos Financeiros

Para os ativos mensurados ao valor justo, entende-se que o risco já se reflete mensalmente nas variações do valor justo.

Para ativos ao custo amortizado, a provisão é constituída somente em caso de inadimplência identificada.

h) Renegociação e Reestruturação de Ativos Financeiros

A instituição adota critérios distintos para renegociação e reestruturação:

- Renegociação: alterações contratuais (prazo, taxa, vencimento), desde que não comprometam a expectativa de recebimento integral.
- Reestruturação: ajustes mais amplos para recuperar créditos inadimplidos, podendo envolver carência, perdão parcial, ou alteração substancial das condições.

Tais eventos são acompanhados e reavaliados periodicamente quanto à recuperação do valor do ativo.

i) Divulgação de Riscos Financeiros

Os principais riscos associados aos instrumentos financeiros da instituição são monitorados de forma contínua, com práticas alinhadas às exigências do Banco Central do Brasil. Os riscos de crédito são gerenciados por meio de:

- Políticas de crédito;
- Monitoramento permanente da carteira;
- Análise de concentração e inadimplência;
- Testes de estresse e reavaliações periódicas das premissas de perdas.

4. Caixa e equivalente de Caixa

Os valores em disponibilidades estão concentrados em contas correntes de Bancos Comerciais.

	<u>31/12/2025</u>
Caixa	1
Bancos contas movimento	1.454
Banco Central Reservas Livres	24
Total	<u>1.479</u>

5. Títulos e valores mobiliários

Os valores de títulos e valores mobiliários estão aplicados conforme descrito abaixo:

	<u>31/12/2025</u>			Classificação Contábil
	<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Total</u>	
Títulos privados de instituições financeiras (ii)	4.506	-	4.506	Custo Amortizado
Debêntures - títulos mantidos até o vencimento (i)		4.971	4.971	Custo Amortizado
Total	4.506	4.971	9.477	

- (i) Data de emissão privada das debêntures simples, subordinadas, não conversíveis em ações e não endossáveis em 22 de dezembro de 2021 e o prazo de vencimento é de 180 (cento e oitenta) meses. Com o custo de compra de R\$ 682 mil e valor nominal unitário de subscrição de R\$ 1.000,00.
- (ii) Aplicado em 31/12/2025 no CDB Invest Fácil Bradesco no valor de 4.506 mil.

6. Operações de crédito

Estão representados por operações de crédito sob a forma de empréstimos e títulos descontados, que totalizaram R\$ 209.266 em dezembro de 2025. Sendo R\$ 208.617 de empréstimos e R\$ 649 de títulos descontados.

6.1 - Segregação das operações de crédito entre curto e longo prazo

	<u>31/12/2025</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Total</u>
Empréstimos	76.295	132.322	208.617
Títulos Descontados	649	-	649
Total	76.944	132.322	209.266
(-)PCLD	(13.731)	(5.937)	(19.668)
Total Líquido da PCLD	63.213	126.385	189.598
Classificação Contábil	Custo Amortizado		

6.2 - Movimentação da Provisão:

DESCRIÇÃO	2º SEM./2025	31/12/2025
Saldo Inicial	(21.408)	(11.628)
Adoção Inicial da Res. CMN nº 4.966/21	-	(2.706)
Constituições/Reversões	1.740	(5.334)
Créditos Baixados Para Prejuízo/Cedidos	-	-
Saldo Final	(19.668)	(19.668)

DESCRIÇÃO	2º SEM./2025	31/12/2025
Empréstimos e Títulos Descontados	(21.408)	(19.668)
Financiamentos	-	-
Outros	-	-
Reversões	1.740	-
Total	(19.668)	(19.668)

6.3 - Classificação por estágios de Risco de Crédito a seguinte:

	<u>31/12/2025</u>
Classificação por Estágios de Risco de Crédito	209.266
Metodologia Simplificada – Ativos Não Problemáticos	180.239
Empréstimos e Direitos Creditórios	180.239
Metodologia Simplificada – Ativo Problemáticos	29.027
Empréstimos e Direitos Creditórios	29.027

Classificação por Carteiras de Provisão	209.266
Carteira C4	40.064
Não Problemáticos	23.972
De 0 a 14 dias de atraso	22.015
De 15 a 30 dias de atraso	407
De 31 a 60 dias de atraso	925
De 61 a 90 dias de atraso	625
Problemáticos Adimplidos	663
De 0 a 90 dias de atraso	663
Problemáticos Inadimplidos	15.429
Inadimplido - período menor que um mês	11.940
Inadimplido - período igual ou maior que 1 e menor que 2 meses	1.038
Inadimplido - período igual ou maior que 2 e menor que 3 meses	33

Inadimplido - período igual ou maior que 3 e menor que 4 meses	183
Inadimplido - período igual ou maior que 4 e menor que 5 meses	3
Inadimplido - período igual ou maior que 5 e menor que 6 meses	284
Inadimplido - período igual ou maior que 6 e menor que 7 meses	48
Inadimplido - período igual ou maior que 7 e menor que 8 meses	675
Inadimplido - período igual ou maior que 8 e menor que 9 meses	10
Inadimplido - período igual ou maior que 9 e menor que 10 meses	12
Inadimplido - período igual ou maior que 10 e menor que 11 meses	12
Inadimplido - período igual ou maior que 11 e menor que 12 meses	193
Inadimplido - período igual ou maior que 12 e menor que 13 meses	54
Inadimplido - período igual ou maior que 13 e menor que 14 meses	22
Inadimplido - período igual ou maior que 14 e menor que 15 meses	22
Inadimplido - período igual ou maior que 15 e menor que 16 meses	24
Inadimplido - período igual ou maior que 16 e menor que 17 meses	24
Inadimplido - período igual ou maior que 17 e menor que 18 meses	24
Inadimplido - período igual ou maior que 18 e menor que 19 meses	159
Inadimplido - período igual ou maior que 19 e menor que 20 meses	35
Inadimplido - período igual ou maior que 20 e menor que 21 meses	31
Inadimplido - período igual ou maior que 21 meses	603
Carteira C5	169.202
Não Problemáticos	156.266
De 0 a 14 dias de atraso	155.792
De 15 a 30 dias de atraso	95
De 31 a 60 dias de atraso	158
De 61 a 90 dias de atraso	221
Problemáticos Adimplidos	108
De 0 a 90 dias de atraso	108
Problemáticos Inadimplidos	12.828
Inadimplido - período menor que um mês	1.006
Inadimplido - período igual ou maior que 1 e menor que 2 meses	380
Inadimplido - período igual ou maior que 2 e menor que 3 meses	379

Inadimplido - período igual ou maior que 3 e menor que 4 meses	514
Inadimplido - período igual ou maior que 4 e menor que 5 meses	504
Inadimplido - período igual ou maior que 5 e menor que 6 meses	592
Inadimplido - período igual ou maior que 6 e menor que 7 meses	690
Inadimplido - período igual ou maior que 7 e menor que 8 meses	405
Inadimplido - período igual ou maior que 8 e menor que 9 meses	514
Inadimplido - período igual ou maior que 9 e menor que 10 meses	550
Inadimplido - período igual ou maior que 10 e menor que 11 meses	612
Inadimplido - período igual ou maior que 11 e menor que 12 meses	503
Inadimplido - período igual ou maior que 12 e menor que 13 meses	476
Inadimplido - período igual ou maior que 13 e menor que 14 meses	500
Inadimplido - período igual ou maior que 14 e menor que 15 meses	545
Inadimplido - período igual ou maior que 15 e menor que 16 meses	451
Inadimplido - período igual ou maior que 16 e menor que 17 meses	471
Inadimplido - período igual ou maior que 17 e menor que 18 meses	584
Inadimplido - período igual ou maior que 18 e menor que 19 meses	529
Inadimplido - período igual ou maior que 19 e menor que 20 meses	568
Inadimplido - período igual ou maior que 20 e menor que 21 meses	399
Inadimplido - período igual ou maior que 21	1.656

7. Outros créditos

7.1.- Adiantamentos concedidos

	<u>31/12/2025</u>
Adiantamentos salariais	42
Adiantamentos a prestadores de serviços	6.410
Total	6.452

7.2 - Créditos tributários

Impostos Diferidos - Créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social até 31 de dezembro de 2025.

Conta	Saldo inicial	Constituição no período	Baixa no período	Saldo final
IRPJ Dif. s/ prov. op. cred (b)	578	-	-	578
CSLL Dif. s/ prov. op. cred (b)	347	-	-	347
IRPJ Dif. s/ prov. op. cred 2024 (a)	1.958	-	-	1.958
CSLL Dif. s/ prov. op. cred 2024 (a)	1.175	-	-	1.175
Total	4.058	-	-	4.058

- (a) Impostos diferidos sobre perdas de crédito inadimplidos em 31/12/2024 conforme artigo 6º Lei 14.467/2022.
- (b) A RPW não possui direitos sobre compensação de prejuízos fiscais acumulados, bem como não constituiu ativos diferidos desta natureza. Por outro lado, a RPW possui direitos sobre despesas temporariamente dedutíveis sobre a provisão para devedores duvidosos, cuja perda definitiva ainda não reuniu as condições de dedutibilidade permitida pelas regras do imposto de renda, tendo constituído créditos tributários de diferenças temporárias, cujo valor presente é R\$ 925 em dezembro 2025. Calculadas conforme artigo 1 Lei 14.467/2022.

7.3 - Impostos a compensar

Refere-se a impostos pagos por antecipação do próprio exercício ou retidos nas aplicações da Companhia, que serão compensadas na declaração do imposto de renda da pessoa jurídica:

	<u>31/12/2025</u>
Antecipação IRPJ/CSLL	-
Outros Imp/Contrib. a maior	92
Impostos retidos pago a maior	96
PIS/Cofins pg maior	321
IRPJ 2022 Pg a maior	44
Saldo Negativo 2024	349
Total	<u>902</u>

7.4 – Outros Devedores

	<u>31/12/2025</u>
Outros Devedores (a)	574
Depósito Caução Aluguel	205
Clientes a Receber	138
Ajuste Revisão Contábil 2022	3.821
Outros	288
Total	<u>5.026</u>

8. Imobilizado

O ativo imobilizado está registrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Não foram evidenciadas perdas no período, desta forma não se aplica a redução ao valor recuperável (*Impairment*). A depreciação dos

ativos é calculada pelo método linear com base na vida útil. O ativo imobilizado apresentou a seguinte movimentação:

	<u>31/12/2025</u>
Imobilizado de Uso	1.235
Investimento	1.153
Instalações	202
Móveis e Equipamentos	118
Equipamentos de Processamento	89
(-) Depreciações Acumuladas	(327)

As movimentações do imobilizado de uso estão assim compostas:

	2º SEM./2025	31/12/2025
Saldo inicial	1.239	1.253
Aquisições	6	7
(-) Baixas	-	-
(-) Depreciação	(10)	(25)
Saldo final	1.235	1.235

9. Depósitos a prazo

	<u>31/12/2025</u>			
<u>Certificado de Depósito Bancário (i)</u>	<u>Em até 3 meses</u>	<u>De 3 meses a 12 meses</u>	<u>De 1 ano a 3 anos</u>	<u>Total</u>
Não Ligadas	6.378	63.599	130.497	200.474
(-) Agio Diferimento			(1.024)	(1.024)
Total	6.378	63.599	129.473	199.450

(i) Certificados de Depósitos Bancários (CDB) pós-fixados, vinculadas às variações diárias do CDI com remuneração média de 112,13% da variação do CDI e prazo médio ponderado de emissão de 692 dias, exclusivamente negociado com corretoras parceiras.

10. Outras obrigações

10.1 - Fiscais e previdenciárias

31/12/2025

Impostos e contrib. Sobre o Lucro	8.374
Impostos e contrib. Terceiros	32
Impostos e contrib. Salários	134
PIS, a COFINS e ISS próprio	277
Total	8.817

10.2 Diversas

31/12/2025

Operações por aquisições de direitos	182
Despesas de Pessoal	325
Provisão para Contingências	16
Credores Diversos (a)	3.520
Total	4.043

(a) Parcelas de clientes a serem recebidas em períodos subsequentes.

11. Patrimônio líquido

O capital de R\$ 20.000 (vinte milhões de reais) após a integralização fica dividido em 8.693.762 (oito milhões, seiscentos e noventa e três mil, setecentos e sessenta e dois) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, indivisíveis em relação à sociedade.

Lucros ou Prejuízos Acumulados: a Instituição apresentou lucro no segundo semestre de 2025 no valor de R\$ 9.161 (nove milhões, cento e sessenta e um mil reais). No exercício o lucro foi de R\$ 14.717 (quatorze mil, setecentos e dezessete mil reais).

Referente às demais reservas:

- Reserva Legal: Constituída com destinação de 5% do resultado do exercício de 2025 no valor de R\$ 736 (setecentos e trinta e seis mil reais). O total acumulado na conta é de R\$ 862 (oitocentos e sessenta e dois mil reais).
- Reservas de Lucros totalizou ao final do exercício R\$ 13.740 (treze milhões, setecentos e quarenta mil reais) e está composta pelos valores R\$ 4.821 (quatro milhões, oitocentos e vinte um mil reais) de dividendos Obrigatórios não distribuídos, R\$ 1.088 (um milhão, e oitenta e oito mil reais) de juros sobre o capital próprio não distribuídos e R\$ 7.831 (sete milhões, oitocentos e trinta e um mil reais) de Outras reservas.

- **Ajustes Realizados em Operações de Créditos:** Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/2021, a empresa revisou a classificação e mensuração de seus ativos financeiros. Como resultado dessa reavaliação, identificou-se uma redução total de R\$ 2.706 (dois milhões, setecentos e seis mil) no patrimônio líquido, decorrente da reclassificação da mensuração inicial de provisões ativas. Essa reclassificação reflete de maneira mais adequada o valor justo desses instrumentos financeiros, alinhando-os às práticas contábeis internacionais e proporcionando uma representação mais precisa da posição financeira da empresa.

12. Provisão para contingências

A administração identificou montantes a serem provisionados de 16 mil conforme NE 10.2. Essa informação foi obtida com base em informações de seus assessores jurídicos e seguindo critério de reconhecimento das provisões estabelecido pelo CPC 25 (IAS 37), que determina que uma provisão deve ser reconhecida quando: i-) a entidade tiver uma obrigação presente decorrente de um evento passado; ii-) for provável que os recursos sejam exigidos para liquidar tal obrigação; e iii-) o montante da obrigação puder ser estimado com suficiente segurança.

13. Receita de Operações de Crédito

As receitas de operações de crédito estão representadas, substancialmente, pelo reconhecimento dos juros aplicados sobre as operações de crédito concedidas pela RPW S/A SCFI.

	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2025</u>
<u>Receita de Operações de Crédito</u>	<u>37.994</u>	<u>72.671</u>
Rendas de Empréstimos	37.905	72.446
Rendas de Direitos Creditórios	89	225

14. Receita com Títulos e Valores Mobiliários

	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2025</u>
<u>Receita Com Títulos e Valores Mobiliários</u>	<u>298</u>	<u>899</u>
Rendas de Títulos de Renda Fixa	30	66
Rendas de Aplicações em Fundos	268	833

15. Receita de Prestação de Serviços

	<u>2º Semestre</u> <u>31/12/2025</u>	<u>Exercício</u> <u>31/12/2025</u>
<u>Receita de Prestação de Serviços</u>	<u>1.512</u>	<u>5.841</u>
Receita de Tarifas – PN E MEI	1	1.829
Receita de Tarifas – PJ	-	3
Receitas de Outros Serviços	1.511	4.009

16. Outras Receitas Operacionais

	<u>2º Semestre</u> <u>31/12/2025</u>	<u>Exercício</u> <u>31/12/2025</u>
<u>Outras Receitas</u>	<u>14.737</u>	<u>15.064</u>
Recuperação de Ativos Financeiros (i)	14.673	14.832
Outras Rendas Operacionais	64	175
Outras Receitas Não Operacionais	-	57

(i) Refere-se do retorno ao balanço patrimonial de contratos de crédito consignado previamente baixados a prejuízo, cujos titulares haviam sido previamente registrados como desligados do vínculo empregatício. O retorno decorreu do Tombamento Compulsório determinado no âmbito do programa Crédito Consignado do Trabalhador do Governo Federal, processo pelo qual a Instituição foi obrigada a declarar a integralidade de sua carteira de consignado privado ao Dataprev.

O cruzamento com a base de dados do Dataprev identificou que parte desses clientes havia reestabelecido vínculo empregatício ativo, tornando necessário o retorno desses ativos ao balanço a fim de garantir a representação fidedigna dos recebíveis da Instituição, os quais se encontravam registrados fora do ativo, sem que houvesse perda efetiva do direito de recebimento.

17. Despesa com pessoal e honorários

	<u>2º Semestre</u> <u>31/12/2025</u>	<u>Exercício</u> <u>31/12/2025</u>
<u>Despesa com pessoal e honorários</u>	<u>2.021</u>	<u>3.981</u>
Despesa Pró-labore diretoria	(47)	(94)
Despesa de pessoal-benefícios	(590)	(1.106)
Despesa de pessoal-encargos sociais	(323)	(608)
Despesa de pessoal-proventos	(1.040)	(2.009)
Despesa de pessoal-treinamento	(8)	(19)
Despesa de pessoal-remuneração de estagiários	(13)	(25)
Participação nos lucros	(-)	(120)

18. Outras despesas administrativas

	<u>2º Semestre</u> <u>31/12/2025</u>	<u>Exercício</u> <u>31/12/2025</u>
<u>Outras despesas administrativas</u>	<u>16.988</u>	<u>31.239</u>
Água, energia e gás	(16)	(32)
Despesas de aluguéis	(609)	(1.133)
Despesas de comunicações	(291)	(534)
Despesa de processamento de dados	(1.390)	(2.379)
Despesas de propaganda e publicidade	(359)	(754)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(6.507)	(8.590)
Despesas com serviços de terceiros	(4.610)	(11.774)
Despesas de serviços técnicos especializados	(1.857)	(3.740)
Despesas de transporte	(470)	(935)
Despesas de viagens	(504)	(701)
Outras despesas Administrativas (i)	(375)	(667)

- (i) O valor de R\$ 667 de Outras despesas administrativas, compreende despesas gerais como correios, taxas, copa/limpeza e demais despesas inclusas no cartão corporativo.

19. Partes relacionadas

As operações entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. As transações que a RPW SCFI tem com partes relacionadas são, empréstimos concedidos a Holding e aos dois sócios da instituição, sendo:

- Operação efetuada para Holding em 12/2022 no valor de R\$ 500 mil a ser liquidado em 48 meses, com taxa nominal de 1,4% a.m. e taxa efetiva de 1,48461% a.m, com primeiro vencimento em 15 de fevereiro de 2023 e último vencimento em 15 de janeiro de 2027. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 174.635.
- Operação efetuada para Holding em 12/2024 no valor de R\$ 700 mil a ser liquidado em 48 meses, com taxa nominal de 1,4% a.m. e taxa efetiva de 1,45657% a.m, com primeiro vencimento em 21 de fevereiro de 2025 e último vencimento em 21 de janeiro de 2029. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 588.180 mil.
- Operação efetuada para o sócio Leandro Lopes Ferreira em 12/2024 no valor de R\$ 200 mil a ser liquidado em 48 meses, com taxa nominal de 1,4% a.m. e taxa efetiva de 1,54997% a.m, com primeiro vencimento em 15 de fevereiro de 2025 e último vencimento em 15 de janeiro de 2029. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 168.895 mil.
- Operação efetuada para o sócio Ricardo George Assaf em 12/2024 no valor de

R\$ 200 mil a ser liquidado em 48 meses, com taxa nominal de 1,4% a.m. e taxa efetiva de 1,5495% a.m, com primeiro vencimento em 21 de fevereiro de 2025 e último vencimento em 21 de janeiro de 2029. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 168.390 mil.

20. Demonstração do cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro

A Instituição está sujeita ao regime de tributação do Lucro Real anual e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social.

	31/12/2025
Lucro antes do IRPJ e CSLL	21.449
Adições	9.876
(Exclusões)	(5.595)
Juros sobre o Capital Próprio	-
Base de cálculo	25.730
IRPJ à alíquota de 15%	3.859
IRPJ à alíquota de 10% sobre adicional	2.549
Incentivos Fiscais - PAT (a)	(23)
IRPJ Devido	6.385
CSLL à alíquota de 15%	3.859
Total	11.205

21. Adequação ao acordo de capitais – BASILEIA

A Instituição optou pela metodologia disposta na Resolução 4.958/21 para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência. O Índice de Basileia da Empresta Capital em 31 de dezembro de 2025 estava em 15,06%.

Valores em R\$ Mil	31/12/2025
Patrimônio de referência	36.237
RWA (ativos ponderados pelo risco)	240.582
PR mínimo requerido para RWA	25.261
Índice de Basileia	15,06%

22. Gestão integrada de riscos e de capital

A EMPRESTA Capital busca a excelência nas práticas de governança corporativa, bem como a transparência na gestão das diversas atividades da empresa. A estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital implementada atua em linha com a sua estratégia e seu modelo de negócios, e é compatível com a natureza das operações, a relevância de exposição a riscos, e com a importância sistêmica da Instituição.

Visando assegurar que a EMPRESTA Capital construa um futuro sólido e sustentável, a estrutura de Gerenciamento de Riscos trabalha de forma centralizada e integrada, para garantir que todos os riscos por ela incorridos sejam devidamente identificados, mensurados, avaliados, monitorados, controlados, mitigados e reportados. Composta por responsáveis específicos para cada um dos riscos, os quais subsidiam, através de um Comitê de Riscos, a alta administração da Organização em decisões estratégicas, esta estrutura dispõe de uma área cuja competência é avaliar os riscos incorridos pela Instituição de forma integrada.

Em conformidade com a Resolução 4.557/17 do Banco Central, o gerenciamento integrado de riscos atua de forma independente das áreas de negócios, e cujas atribuições abrangem:

- Supervisionar o desenvolvimento, a implementação e o desempenho da estrutura de gerenciamento de riscos, incluindo seu aperfeiçoamento;
- Adequar as políticas, os processos, os relatórios, os sistemas e os modelos utilizados no gerenciamento de riscos aos objetivos estratégicos da EMPRESTA Capital;
- Promover a adequada capacitação dos integrantes da unidade de gerenciamento de riscos, acerca dos seus modelos, políticas, processos, relatórios e sistemas;
- Subsidiar e participar do processo de tomada de decisões estratégicas relacionadas ao gerenciamento de riscos e capital.

Visando fortalecer a Gestão de Riscos por toda a Organização, a estrutura de gerenciamento de riscos identifica mensura, avalia, monitora, reporta, controla e mitiga os seguintes riscos:

- Risco de Crédito.
- Risco de Mercado;
- Risco de Liquidez;
- Risco Operacional;
- Risco Socioambiental;
- Risco de Conformidade; e
- BCP (Business Continuity Plan).

Tais áreas de riscos contam ainda com o apoio efetivo das equipes de Auditoria, Compliance / Controles Internos e Jurídico, que atuam na aplicabilidade e aderência de todos os processos às políticas instituídas pela empresa.

As políticas, normas e procedimentos asseguram que a Organização mantenha uma estrutura de gestão de riscos compatível com a natureza das operações, multiplicidade das atividades e processos, bem como administração eficiente dos recursos material, sistêmico e humano.

Risco operacional

A Diretoria da EMPRESTA Capital estabeleceu a Autoavaliação como técnica para avaliação de riscos e controles visando o fortalecimento da cultura de risco e controle da Organização. A Autoavaliação é desenvolvida por meio de revisão do fluxo dos processos / controles, por mapeamentos e reuniões estruturadas com a participação das áreas gestoras dos processos e facilitadas pela área de Compliance e Riscos da EMPRESTA Capital, que estimula a participação dos envolvidos para identificação e mensuração dos riscos.

A avaliação do risco é feita com base na coleta de informações, quantitativas e qualitativas:

A probabilidade é medida considerando o registro histórico / frequência dos eventos / ocorrências, a existência de reincidências, e a vulnerabilidade dos processos, vis-à-vis a eficácia e efetividade operacional dos controles executados que mitigam a probabilidade.

O impacto é medido considerando a importância dos processos e os objetivos operacionais / objetivos de confiabilidade das demonstrações financeiras e não financeiras e objetivos de compliance, bem como o registro histórico de perdas financeiras/potenciais, perdas estimadas e a vulnerabilidade dos processos, vis-à-vis a eficácia e efetividade operacional dos controles executados que mitigam o impacto.

Os impactos e probabilidades são avaliados qualitativamente utilizando escalas de categorias conforme demonstramos adiante, os riscos alto e médio devem ser priorizados com o objetivo de identificar as causas (que podem contribuir para a materialização do risco), bem como devem ser adotadas medidas corretivas e preventivas para solução imediata dos problemas encontrados ou para o desenvolvimento de plano de ação para mitigação do risco identificado / correção das deficiências encontradas.

A Diretoria Administrativa Financeira, em conjunto com o Comitê de Riscos, mensurou os valores de perdas que serão aceitas mediante ao Apetite a Risco da organização para cada tipo de risco identificado.

Mecanismos e estratégias de mitigação de risco operacional

A área de Risco e Compliance promove a avaliação dos processos e controles internos, monitora os indicadores de risco operacional, fomenta discussões sobre os eventos de riscos operacionais ocorridos e/ou potenciais e estabelece planos de ação, conforme o planejamento e estratégia adotados pela organização, visando assegurar que:

- Os processos de gerenciamento de riscos sejam conduzidos adequadamente e de forma integrada entre as áreas da instituição visando o alcance das metas e objetivos estabelecidos pela Diretoria e Conselho de Administração;
- Os riscos relevantes sejam identificados e avaliados, inclusive os riscos de prestadores de serviços relevantes;
- Práticas de gerenciamento de riscos são implementadas, auxiliando os gestores dos processos a reportarem adequadamente informações relacionadas a riscos e adotar medidas corretivas para correção de deficiências;
- Informações de risco relevantes são capturadas e comunicadas de forma oportuna por toda a instituição, permitindo que colaboradores, Diretoria Administrativa, e Comitê Executivo cumpram com suas responsabilidades;
- Ações preventivas e corretivas são implementadas para solucionar problemas e corrigir deficiências em processos e controles visando a redução de riscos operacionais e níveis aceitáveis;
- O conhecimento e as informações sobre riscos são apropriadamente compartilhados para auxiliar todas as funções a desempenhar melhor seus papéis de forma eficiente;
- Processos e controles são desenvolvidos para auxiliar as áreas de negócios e de operações a gerenciar os riscos operacionais;
- Orientações e treinamento sobre processos de gerenciamento de riscos são fornecidos a todos os níveis organizacionais da instituição; e
- A Diretoria e o Comitê Executivo são alertados sobre questões emergentes, mudanças no cenário regulatório e quanto a existência de novos riscos não abordados anteriormente que impactam o segmento de atuação.

Risco de mercado

Conforme a Resolução 4.557/17 do Banco Central do Brasil define-se o risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição. Dada as características da EMPRESTA Capital, de seu modelo e escopo de negócios e de seu mercado de atuação, o risco de mercado é bastante mitigado.

Tipos de riscos

Considerando as operações da EMPRESTA Capital, o Comitê Executivo entende que para mitigação do Risco de Mercado, a instituição deve avaliar e acompanhar os seguintes pontos detalhados a seguir:

Taxas de juros - Empréstimos Empresa capital X concorrência

A EMPRESTA Capital busca adotar taxas competitivas perante a concorrência, mas também observando a viabilidade da operação, a sustentabilidade do negócio e o atingimento de um retorno compatível com o risco.

Taxa SELIC

A Taxa SELIC deve ser objeto de acompanhamento pelo Comitê Executivo, considerando o efeito na remuneração do capital, nas taxas de juros praticadas pelo Mercado Financeiro e no custo de captação.

Dada as características do modelo de negócios da EMPRESTA Capital, a variação da taxa SELIC influencia as taxas de remuneração aos cotistas do FIDC da qual somos o único originador e agente de cobrança e, por consequência, os custos de funding da instituição.

Investimentos de recursos próprios

Os recursos próprios da EMPRESTA Capital são aplicados em investimentos de natureza conservadora, conforme Política de Investimentos específica e vigente, aprovada pela Diretoria Executiva.

Tecnologia

A Administração deve acompanhar os avanços tecnológicos que podem impactar nas operações e no serviço prestado ao cliente.

Novas ferramentas devem ser implementadas, observada a relação custo X benefício, visando conferir ganhos de produtividade e melhor prestação de serviços a clientes.

Ações governamentais e órgãos reguladores

Deve ser objeto de acompanhamento obrigatório pelo Comitê Executivo o cumprimento da legislação e de demais normativos em vigor bem como, de legislações e normativos em estudos que possam impactar futuramente nas operações da instituição.

Monitoramento contínuo

O Comitê Executivo EXCO monitora periodicamente os riscos de mercado envolvidos no negócio da EMPRESTA Capital em suas reuniões de avaliação e acompanhamento de negócios.

A ferramenta utilizada para análise do seu custo de funding é o WACC (Weighted Average Cost of Capital). Este documento tem circulação restrita entre os membros do Comitê Executivo, e com a Coordenação Financeira.

A ferramenta utilizada para acompanhamento do cumprimento de legislação, Resoluções do Banco Central e Normativos atualizados é realizado por um sistema de gestão denominado GRISK, tendo como responsáveis pelas visualizações as áreas de Risco e Compliance.

Risco de conformidade

Estrutura de gerenciamento de risco de conformidade

De acordo com a Resolução 4.595/17 do Banco Central do Brasil define-se Risco de Conformidade a não contribuição ou não cumprimento das diversas normas, procedimentos e padrões mínimos de monitoramento das atividades de Compliance para que sejam seguidos por todos os colaboradores da Organização na implementação das melhores práticas de Governança Corporativa e adequação aos preceitos das Resoluções 4.968/21, 4.595/17 e 4557/17 do Banco Central do Brasil.

Na EMPRESTA Capital, a área de Compliance está subordinada à Diretoria Administrativa Financeira, podendo inclusive, se reportar ao Comitê Executivo. O Compliance deve assegurar a imparcialidade e o sigilo das informações tratadas. A independência também se aplica aos acessos físicos em relação aos demais departamentos, à segregação de processos, e aos sistemas utilizados. Como premissa, todas as áreas devem garantir o livre acesso dos responsáveis por atividades relacionadas à função de Compliance aos sistemas, informações e documentos necessários para o exercício de suas atribuições.

Políticas de gestão de compliance

A política relacionada à Compliance da EMPRESTA Capital estabelece as regras definidas e aprovadas pelo Comitê de Riscos e abrange os seguintes pontos:

- Papéis e responsabilidades;
- Princípios de Atuação
- Missão e Responsabilidade da Coordenadoria de Compliance;
- Controle e monitoramento; e
- Garantia da Independência do Trabalho Executado.

Risco socioambiental

Estrutura de gerenciamento de risco socioambiental

De acordo com a Resolução 4.945/21 do Banco Central do Brasil define-se Risco Socioambiental o grau de exposição ao risco socioambiental das atividades e das operações da instituição. Na EMPRESTA Capital, o processo de gerenciamento de Risco Socioambiental é realizado de forma compatível com a natureza das suas operações. Trata-se de um risco bastante mitigado dada a nossa atuação em nicho específico de Pessoa Jurídica (micro e pequenas empresas).

Nossa política de concessão de crédito defende e aplica ativamente, em todo e qualquer empreendimento realizado, o respeito aos direitos humanos, a igualdade, a ética, ao meio-ambiente, o combate a corrupção e a conformidade as leis e regulamentações aplicáveis, bem como a intolerância a qualquer tipo de atividade ilícita.

Risco de liquidez

Para gerenciamento do risco de liquidez, a RPW mantém os seguintes controles, que podem ser evidenciados pelos reports encaminhados a Diretoria Executiva na periodicidade descrita:

- Acompanhamento diário de fluxo de caixa;
- Projeção trimestral de fluxo de caixa (material enviado pela Dir. Adm. Fin ao EXCO);
- Acompanhamento semanal de recebimentos do mês;
- Acompanhamento do fluxo de caixa de originações e despesas do mês, liquidações em carteira e identificação de necessidade de captação;
- Índice de Inadimplência Carteira Própria;

- Rentabilidade mensal e anual RPW S/A;
- Custo de Captação mensal e anual;
- Projeções de Captação mensal e anual; e
- Fluxo de pagamentos mensal e anual das captações.

Risco de crédito

Conforme a Resolução 4.557/17 do Banco Central do Brasil, define-se risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador, ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, redução de ganhos ou remunerações, vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Formas de atuação

A RPW S/A SCFI pode atuar direta e isoladamente com seus clientes, ou ainda em conjunto com outros parceiros como Correspondentes Bancários, Redes de Distribuição e Agentes Comerciais, para a realização de operações de crédito.

Para cada parceiro com que a RPW tenha interesse em operar deve ser formalizado um convênio de parceria, a ser elaborado pelo Jurídico da companhia, com cláusulas e condições específicas conforme a característica dos negócios. Dentro das políticas estabelecidas nas parcerias, a companhia determinará as cláusulas constantes nos contratos a serem formalizados com os clientes finais. Os parceiros são responsáveis pela indicação do cliente a RPW para a realização de operações de crédito e, sempre que possível, pelo apoio e situações de cobrança.

Processo de crédito

O processo de crédito é constituído pelas seguintes etapas:

Concessão: é a porta de entrada no relacionamento de crédito com a RPW. Abrange a análise do cliente e da operação:

- Análise do cliente: deve-se observar a sua capacidade de repagamento, as suas informações cadastrais e financeiras, a finalidade do recurso e sua disposição de realizar o pagamento da operação.
- Análise da operação: a RPW busca compatibilizar a oferta de produtos de crédito

adequados ao perfil e à capacidade de pagamento do cliente.

Acompanhamento e manutenção: compreende a fase de acompanhamento da aplicação dos recursos liberados, o gerenciamento das garantias, monitoramento da situação do tomador, entre outras ações de gestão do risco.

- O principal objetivo nesta fase é a prevenção contra a inadimplência dos ativos ou a ação imediata caso se detecte a deterioração do crédito.

Cobrança: caracteriza-se pela utilização de mecanismos que asseguram o retorno dos recursos emprestados, levando-se em conta algumas variáveis como o relacionamento do cliente com a empresa, a minimização de custos legais e a utilização de mecanismos automatizados de cobrança e recebimento de dívidas.

Recuperação: trata-se da fase em que a RPW busca reduzir as perdas de crédito, minimizar os custos de recuperação e aumentar a taxa de recuperação. Estão contemplados nesta etapa o processo de cobrança extrajudicial, terceirização (contratação de empresas para prestar serviços de cobrança e recuperação de créditos inadimplidos) e a cobrança judicial.

Políticas de risco de crédito

As políticas relacionadas ao processo de concessão do crédito da RPW estabelecem as regras definidas e aprovadas pelo Comitê de Riscos, e estão especificadas a seguir:

- Procedimento de Operação de Crédito Consignado Produtivo;
- Procedimento de Operação de Crédito Financiamento Condomínio;
- Procedimento de Operação de Crédito Consignado Produtivo Terceirizado;
- Procedimento de Operação de Desconto de Duplicatas; e
- Política de Crédito.

As políticas são revisadas anualmente, porém revisões extraordinárias poderão ser demandadas em decorrência de qualquer alteração significativa nos indicadores da carteira de crédito, mudanças nas estratégias comerciais e operacionais em adequação ao mercado, ou em decorrência de eventos relevantes que possam impactar significativamente nos negócios.

Estratégias

Com o objetivo de manter o Risco de Crédito em níveis adequados, a área de Riscos monitora os indicadores de crédito e, caso haja necessidade, estabelece correções imediatas segundo o planejamento, estratégia e o apetite de riscos adotados pela organização. As correções envolvidas podem incluir:

- Revisão na política de crédito mencionadas anteriormente;
- Revisão dos modelos internos;
- Avaliação de novas ferramentas de mercado; e
- Alteração no Normativo Operacional para Cobrança de Clientes em atraso.

A área de Risco de Crédito atua em parceria com a área de Recuperação de Crédito e Jurídico na avaliação dos inadimplentes. Além de contribuir em ações estratégicas com a cobrança, sempre buscando alavancar os resultados de recuperação de saldos inadimplentes e conseqüentemente mitigando as perdas de crédito.

23. Eventos Subsequentes

Não ocorreu nenhum evento subsequente até a data de emissão das demonstrações contábeis.